

1 **ATA DA 163ª (CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA) ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA**  
2 **DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –**  
3 **CONANDA**

4  
5  
6 Às dezessete horas do dia 11 de junho de dois mil e oito, na sala 304, do 3º andar do  
7 Edifício Sede do Ministério da Justiça, Brasília, DF, teve início a 163ª (centésima  
8 sexagésima terceira) Reunião Ordinária do Conanda, com a seguinte pauta: **11 de junho**  
9 **de 2008: 1) 60 anos de Declaração dos Direitos Humanos e a revisão do Programa**  
10 **Nacional dos Direitos Humanos pelo ministro Paulo Vannuchi; 2) Balanço dos 18 anos do**  
11 **ECA pelos conselheiros do Conanda. 12 de junho de 2008: 1) Apreciação da minuta dos**  
12 **fundos dos direitos da criança e do adolescente; 2) Assinatura do decreto das piores**  
13 **formas de trabalho infantil. Cerimônia realizada no Palácio do Planalto. A Assembléia foi**  
14 presidida pela senhora Maria Luiza Moura Oliveira, presidente do Conanda, e contou  
15 com a participação dos conselheiros: **Governamentais:** Solange Stella Serra Martins,  
16 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Leandro da Costa Fialho,  
17 Ministério da Educação; Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, Ministério do Esporte;  
18 Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Maria de Lourdes Magalhães,  
19 Ministério da Saúde; Deuzinea da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego;  
20 Cristina de Fátima Guimarães, Secretária Especial de Políticas de Promoção da  
21 Igualdade Racial da Presidência da República; Carmen Silveira de Oliveira, vice-  
22 presidente, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.  
23 **Sociedade civil:** José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações  
24 Cristãs de Moços; Vilmar Burzlaff, Movimento de Educação Popular Integral e Promoção  
25 Social/Fé e Alegria do Brasil; Maria Luiza Moura Oliveira, presidente do Conanda,  
26 Conselho Federal de Psicologia; Maria Aurilene Moreira Vidal, Confederação Nacional  
27 dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de  
28 Educação e Ensino; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos  
29 e Meninas de Rua; Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de  
30 Pediatria; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional de Direitos Humanos; Beatriz  
31 Hobold, Pastoral da Criança; Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach, Fundação  
32 Abrinq pelos Direitos da Criança; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos  
33 Trabalhadores. Suplentes – sociedade civil: Manoel Onofre de Souza Neto, Associação  
34 Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça, da Infância e da Juventude; Maria  
35 Stella Santos Graciani, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Eliana Augusta de  
36 Carvalho Athayde, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do  
37 Adolescente; Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.  
38 Convidados: Maria Isabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores/SP. Abrindo a  
39 pauta da 163ª Assembléia Ordinária do Conanda a senhora Maria Luiza ratificou a  
40 presença do ministro Paulo Vannuchi durante a Plenária e solicitou ao sr. Benedito,  
41 secretário-executivo do Conanda, a leitura da pauta da reunião. Após isso, o sr.

42 Benedito explicou que as atas anteriores, dos meses de fevereiro, março e abril  
43 continuavam pendentes de aprovação, pois todo o serviço de transcrição fora devolvido á  
44 empresa contratada, Canal 27, acompanhado de ofício, no mês de fevereiro último, para  
45 ser refeito devido a má qualidade dos textos e que apesar de insistentes cobranças as  
46 atas e as transcrições ainda não tinham sido devolvidas. Diante disso, o sr. Benedito  
47 comunicou que caso a empresa não conclua as atas a contento, a CGTI fará o trabalho e  
48 que não será atestada nenhuma nota de pagamento até que todas as atas sejam  
49 entregues e aprovadas pelos membros do Conanda. O sr. Caporal sugeriu que as atas  
50 de fevereiro, março, abril, inclusive junho, fossem enviadas à aprovação na próxima  
51 Plenária e que esta somente seja iniciada condicionada à aprovação de todas as atas  
52 pendentes, inclusive, conforme advertiu o conselheiro Manoel Onofre, fazendo uso de via  
53 judicial, se necessário. As providências foram aprovadas por unanimidade. O senhor  
54 Benedito anunciou, com a concordância do colegiado, que a pauta da Assembléia  
55 Descentralizada de maio de 2008, ficaria agregada como mais um ponto de pauta para a  
56 continuação da Plenária em doze de junho de dois mil e oito. Dando prosseguimento, a  
57 presidente do Conanda desejou boas-vindas ao ministro e a disposição de fortalecer os  
58 vínculos de trabalho e luta da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da  
59 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA). Após as  
60 apresentações dos conselheiros, a presidente passou a palavra ao ministro Vannuchi  
61 para sua reflexão sobre os 60 anos dos Direitos Humanos e a Revisão do Programa  
62 Nacional dos Direitos Humanos. **Ministro Paulo Vannuchi** - Agradecendo o convite, o  
63 ministro apresentou um caderno no qual estão listadas 30 ações montadas para firmar  
64 bem a celebração dos 60 anos, aproveitando o aniversário em número redondo para  
65 abrir espaços na mídia e que também permite reflexões decenais. Explicou que a tarefa  
66 institucional, como secretário, em cada um dos segmentos dos direitos humanos, como o  
67 Conanda, é levar mensagem da integração. Esclareceu que este ano é um ano dedicado  
68 a firmar os objetivos de curto, médio e longo prazos. E um dos objetivos centrais é a  
69 construção da aceitação das diferenças e que nada será construído sob a forma de  
70 grandes rupturas, trata-se de um processo de vivenciar a marcha histórica, mas que nas  
71 Nações Unidas já é uma história de séculos e que nada é unilateral. Enfatizou que os  
72 direitos humanos devem apostar na educação como processo de longo prazo. Alertou  
73 que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o primeiro documento feito pela  
74 Humanidade em milênios, não obstante as contradições que estão nos seus 30 itens,  
75 mas é um documento que fala da divisão da sociedade, porém se cumprido na  
76 interioridade de cada país será de grande avanço e propiciará um mundo de paz. Citou  
77 que os 60 anos coincidem também com a atualização e revisão do Programa Nacional  
78 dos Direitos Humanos, existente no Brasil desde 1996, muito centrado nos direitos civil e  
79 políticos e em 2002, incorporou os direitos econômicos, sociais e culturais. Essa revisão  
80 será feita por um grande debate nacional, é um debate com eixo orgânico, sistema de  
81 conferências estaduais, precedidas das municipais ou regionais. Acrescentou que terá  
82 também a participação da sociedade civil e dos poderes públicos na proporção de 60, 40,  
83 mas que poderá ser ampliada para milhares se cada universidade do Brasil realizar um

Comentário: a aprovação da  
ata

84 dia de debate sobre o tema criando-se uma rede. As resoluções desses debates devem  
85 ser enviadas à secretaria da 11ª Conferência para subsídio e propostas. O ministro  
86 enfatizou que o Conanda, nesse sentido, está convidado a ter o papel de supervisor de  
87 garantir o conteúdo do documento que será aprovado em dezembro no que tange à área  
88 da criança e do adolescente. Explicou que o PNDH sairá como um decreto presidencial  
89 como os anteriores. Acrescentou que na área pertinente à criança e ao adolescente,  
90 estão previstos eventos como o evento empresarial, de caráter deliberativo e apartidário,  
91 a ser realizado em São Paulo, com a presença do presidente Lula, a fim de discutir a  
92 idéia de direitos humanos e as ações empresariais de responsabilidade social já em  
93 curso nas áreas da criança e do adolescente, igualdade racial, igualdade de gênero,  
94 pessoas com deficiências e combate ao trabalho escravo, que são os cinco temas  
95 selecionados. Como resultado do evento, pretende-se elaboração de uma declaração na  
96 qual as empresas presentes se comprometem a desenvolver políticas de defesa dos  
97 temas colocados. Finalizando, o ministro sugeriu que na área da criança e do  
98 adolescente o caminho é conquistar os marcos legais ainda não existentes, sobretudo,  
99 consolidar os marcos legais que existem, mas não efetivados no dia-a-dia, ou seja, o  
100 cumprimento das leis. O ministro propôs estar presente sempre que necessário nas  
101 demandas do Conanda e pediu prioridade nas atividades da 11ª Conferência Nacional e  
102 também na relação com os demais temas da SEDH para trabalhar os três eixos: mídia,  
103 universidade e o Judiciário. A sra. Maria Luíza agradeceu a participação do ministro e  
104 abriu espaço para debate. O conselheiro Manoel Onofre pontuou que o Conselho  
105 Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público tratarão da temática  
106 criança e do adolescente no dia 9 de julho e convidou o ministro a estar presente no  
107 evento que servirá para abrir discussões desses canais com o Conanda. O ministro  
108 agradeceu o convite e confirmou presença. A conselheira Maria Ignês agradeceu a  
109 presença e solicitou ao ministro que em todas as falas ressaltasse a questão da criança  
110 e do adolescente e também o ponto negativo que precisa ser mais bem entendido pela  
111 sociedade que é o do rebaixamento da idade de responsabilidade criminal. A  
112 conselheira Júlia pediu mais explicações sobre o evento com os 500 maiores  
113 empresários do Brasil por conta do fundo da criança que, certamente, será colocado e  
114 solicitou que o ministro se empenhe junto aos ministérios que compõem o Conanda para  
115 que se façam mais presentes para garantir a paridade e o fortalecimento das discussões.  
116 O conselheiro Ariel cumprimentou o ministro pelas realizações de sua gestão e solicitou  
117 incluir na agenda dos 60 anos e na agenda dos direitos humanos a questão do comitê da  
118 ONU. O conselheiro pediu também reforço para a questão da melhoria da infra-estrutura,  
119 visibilidade do Conselho no plano de comunicação. O conselheiro alertou também que no  
120 papel formulador e deliberador da política nacional da infância e de juventude o Conanda  
121 precisa ser o principal protagonista, trabalhando em conjunto com a SEDH. O sr. Caporal  
122 reforçou a necessidade de que o Conanda seja sempre convidado para os eventos que  
123 tratam de sua espécie e que a sua presença seja qualificada, é uma forma de  
124 reconhecimento e inquiriu o ministro se haverá recursos para os seminários e reuniões  
125 ou se tem que buscar meios de financiamento. Após as intervenções, o ministro

126 agradeceu todas as falas e os elogios recebidos. Alertou à sra. Carmen o monitoramento  
127 do cumprimento das tarefas assumidas no Conanda e que terá que ser pautada uma  
128 agenda para tratar das questões de infra-estrutura e gastos. Quanto à participação dos  
129 ministérios no Conanda solicitou à conselheira Carmen que pautasse a forma de cumprir  
130 esse item, com encontros, telefonemas ou eventuais substituições para outras pessoas  
131 com mais laços na área. Na questão da maior participação do Conanda nos eventos, o  
132 ministro registrou e disse disposto a trabalhar para esse fim, inclusive com a participação  
133 do Conanda no evento marcado para 24 de junho com os empresários. O ministro disse  
134 que sempre tem se reportado nas suas falas ao tema da criança e do adolescente, mas é  
135 saudável o monitoramento. Quanto ao Relatório da ONU, a conselheira Carmen explicou  
136 que várias áreas do governo demandaram revisões e a minuta já revisada será  
137 apresentada ao Conanda nos próximos dias para que entre em pauta na próxima  
138 plenária. O ministro esclareceu que a questão do Eca nas escolas já é uma questão  
139 acordada com o Ministro Fernando Haddad. Quanto aos recursos para os seminários, o  
140 ministro solicitou que cada um dos membros do Conselho fizesse o esforço multiplicador  
141 para realizar eventos nas suas instituições, mas se colocou á disposição para buscar  
142 recursos para eventos mais representativos que não tenham orçamento. A presidente  
143 agradeceu pela presença e entregou a ele minuta da Resolução dos Fundos. **Avaliação**  
144 **do material publicitário – Oficinas de Imagens -** Dando continuidade à Plenária, a  
145 conselheira Luíza anunciou a presença do sr. Bernardo, Oficina de Imagens, para  
146 apresentação do material de campanha de três peças publicitárias . A sra. Carmen  
147 esclareceu que o Governo Federal assinará a campanha e que caberá ao Conanda  
148 desencadear a discussão entre a rede de conselhos. Atendendo sugestões dos  
149 membros do conselho, o sr. Bernardo explicou que usará a cor laranja nos cartazes, fará  
150 uma limpeza nas imagens evitando a poluição visual detectada, colocará o título na parte  
151 superior do cartaz e também fará mensagem ao diário para ficar claro que se trata de um  
152 diário de uma adolescente. O cartaz será de 45x65 e será fixo. Em seguida, passou-se a  
153 analisar a peça publicitária a ser veiculada nas rádios. O sr. Bernardo explicou que  
154 foram usados sotaques diferentes de vozes e que a assinatura também mudará para  
155 “Conheça e dependa” e “Brasil é um país de todos”. Informou que serão 30 segundos de  
156 duração. A conselheira Júlia sugeriu que o Conanda fosse introduzido pelo menos nas  
157 peças de rádio e televisão porque quando se chega aos estados e municípios a  
158 identificação de proteção, a maior do sistema de garantias, são os conselhos que são os  
159 formulares da política nacional. A sra. Carmen disse que essa solicitação é uma  
160 negociação a ser feita com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.  
161 Quanto à peça de TV, vídeo, o sr. Bernardo reafirmou que a locução será na mesma  
162 linha da peça que veiculará nas rádios, ou seja, várias vozes e sotaques diferentes, a  
163 trilha sonora também mudará e a assinatura é do Governo Federal e os 60 anos entraria  
164 como um zelo. Ainda como sugestão dos conselheiros, a linguagem a ser usada será a  
165 de Libras porque atinge a todos os públicos, da criança alfabetizada à não alfabetizada.  
166 A conselheira Júlia reiterou como sugestão que a assinatura do Conanda estivesse  
167 presente na TV, no rádio e nas peças impressas. O conselheiro Caporal reafirmou a fim

168 de garantir a questão da violência nas peças audiovisuais, que é um grande apelo  
169 porque resgata o imaginário da violência da criança. A conselheira Iralda solicitou que  
170 trocasse o tipo de letra do cartaz por não ser didática. Em resposta a essas solicitações,  
171 o sr. Bernardo asseverou que a questão da violência poderá ser feita, mas de uma forma  
172 mais afirmativa. Quanto à introdução do Conanda nas peças publicitárias, a senhora  
173 Carmen disse que a contribuição da SEDH seria o desenvolvimento das quatro peças e  
174 que a solicitação feita pelos conselheiros seria desfocar o que é uma contribuição do  
175 Governo Federal e que ele estaria partilhando aquilo que ficou sob sua responsabilidade.  
176 Mesmo assim, comprometeu-se a consultar os representantes governamentais do  
177 Conanda porque a tomada de decisão foi no âmbito dos representantes governamentais  
178 e "inclusive a campanha seria assinada pela SEDH e o ministro Vannuchi sinalizou a  
179 possibilidade de abrir mão da assinatura da SEDH para ser a de governo. **Plenária do**  
180 **dia 12 de junho de 2008** - Reiniciando os trabalhos, a senhora presidente Maria Luíza  
181 anunciou a discussão da minuta de resolução sobre os Fundos. Antes disso, porém, fez-  
182 se a apresentação da ex-conselheira Bel. A conselheira agradeceu pelos 9 anos de  
183 Conanda que ela atuou como conselheira e agradeceu também ao Conanda a missão  
184 que está desenvolvendo na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil  
185 (**Conaet**). Dando continuidade aos trabalhos, a presidente do Conanda perguntou aos  
186 membros se a ata pendente teria condições de ser aprovada. Como não foi possível a  
187 leitura da ata no dia anterior, ficou deliberado que as sugestões seriam enviadas via e-  
188 mail. Nesse momento, a presidente apresentou os convidados presentes que apoiarão o  
189 colegiado nas discussões. São os seguintes: Senhora Gilda Carvalho, Procuradora  
190 Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal; Sr. Romeu,  
191 Ministério Público Federal; Sra. Patrícia Campanatti, assistente social e assessora da  
192 PFDC. A presidente saudou a nova conselheira suplente do Ministério da Saúde, Maria  
193 de Lourdes Magalhães. Em seguida, o conselheiro Vilmar e a conselheira Daniele leram  
194 o texto da Resolução que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento  
195 dos Fundos Nacional, Estadual, Distrital e Municipal dos Direitos da Criança e do  
196 Adolescente e dá outras providências. Após a leitura, a conselheira Solange sugeriu que  
197 inicialmente se fizesse uma discussão geral do texto, o que foi acatado. O conselheiro  
198 Manoel Onofre lembrou que naquele momento estariam discutindo apenas uma proposta  
199 e que após será levada a consulta pública. Aberto o espaço para considerações gerais  
200 sobre o texto da Resolução, a conselheira Solange iniciou a sua intervenção salientando  
201 o avanço do Conanda nessa questão. A conselheira alertou pelo excesso de citações e  
202 sugeriu criar um documento específico de recomendações. O conselheiro Caporal  
203 concordou com a idéia, mas não em formato de recomendação. O conselheiro Manoel  
204 Onofre alertou que no texto existem situações de reserva legal, por exemplo, a questão  
205 de transferência fundo a fundo de grande complexidade e está prevista na Resolução,  
206 mas o colegiado não tem um instrumento legal que estabeleça como se dará esse fluxo e  
207 que precisa ser trabalhado com mais detalhes. Em seguida, o conselheiro Caporal deu  
208 início à análise dos itens da resolução. **Caput** - nenhuma recomendação. **Capítulo 1 –**  
209 **Seção I – Das Regras e Princípios Gerais - Artigo 1º.** Nenhuma recomendação.

Comentário: " Fechar aspas

210 **Parágrafo primeiro:** A conselheira Júlia sugeriu inverter os parâmetros. O sr. Manoel  
211 Onofre esclareceu que as leis posteriores é que devem respeitar os parâmetros do  
212 Conanda e sugeriu trocar “bem como pelos membros dos conselhos dos Direitos da  
213 Criança e do Adolescente ...” para “e, em especial, pelos membros dos conselhos  
214 direitos e pelo Poder Executivo” o que foi acolhido por todos. Em seguida, a conselheira  
215 Solange sugeriu a supressão de “limites éticos”. O conselheiro Manoel Onofre  
216 questionou que a ética não é excessiva, embora pareça pretensioso no caso do texto em  
217 apreciação e sugeriu deixar referenciais normativos. O conselheiro Caporal colocou em  
218 votação e foi aprovada a supressão de “limites éticos legais” e entra a palavra  
219 “normativos” em substituição. **Segundo parágrafo:** A conselheira Júlia sugeriu onde se  
220 referem a conselhos, inserir Distrital servindo pra todo o texto, sendo acatada a  
221 sugestão. A conselheira Solange sugeriu a supressão de “e plano de aplicação e ação  
222 dos recursos”. **Cerimônia no Palácio do Planalto** - Nesse momento, houve interrupção  
223 da Assembléia para que o colegiado se dirigisse ao Palácio do Planalto para a cerimônia  
224 de assinatura do decreto das piores formas de trabalho infantil. **Prosseguimento da**  
225 **163ª Reunião Ordinária do Conanda**, a presidente deu a palavra à conselheira Maria  
226 Ignês que comunicou o lançamento, pela Fundação Abrinq, do projeto denominado  
227 Observatório da Criança, inserido no site da Fundação Abrinq, e que tem dados muito  
228 significativos, sobretudo agora que o Conanda está pleiteando que todo o sistema de  
229 garantias de direitos opte pelo diagnóstico da situação antes de qualquer doação ao  
230 fundo da criança e os dados que existem lá, no entendimento da conselheira,  
231 contemplam as abordagens do Conselho. O conselheiro Onofre pediu a palavra para  
232 convidar os membros do Conanda a participar dos eventos da “Justiça juvenil sobre o  
233 marco da proteção integral” que serão realizados nos seguintes locais: São Paulo, 20 a  
234 22 de junho; Mato Grosso do Sul, 25 a 27 de junho; Rio Grande do Sul, 2 a 4 de julho;  
235 Paraíba, 9 a 11 de julho; Mato Grosso, 30 de julho a 1º de agosto; Tocantins, 6 a 8 de  
236 agosto e Paraná, 27 a 29 de agosto. O conselheiro. Caporal alertou à Plenária que ainda  
237 teria que eleger a comissão eleitoral, o pleito de escolha deve ser feita em novembro,  
238 mas como os prazos têm que ser cumpridos há necessidade de se formar a comissão  
239 ainda nesta Plenária. A presidente Maria Luíza comunicou a aprovação da proposta de  
240 escolha de três candidatos para formar a referida comissão. A conselheira Júlia  
241 asseverou que essa questão já constava no Regimento Interno porque geralmente quem  
242 compõe a comissão são membros do Conanda da sociedade civil e então é retirado na  
243 última modificação do Regimento Interno. A presidente indagou quem se dispunha a  
244 compor a comissão que ficou assim definida: Onofre, Irmã Beatriz e Júlia. A conselheira  
245 Júlia ainda lembrou ao secretário-executivo que o Regimento Interno estabelece prazos  
246 para a publicação. O sr. Benedito esclareceu então que a eleição deve ser transcorrida  
247 sessenta dias antes de 31 de dezembro, e o edital terá que ser publicado com larga  
248 antecedência, ou seja, na metade de agosto o edital terá que ser publicado. A Plenária  
249 foi interrompida pela chegada do conselheiro Romão Tuma Júnior. A presidente passou  
250 a palavra a ele que se despediu do Conselho, agradeceu a todos pela convivência e  
251 amizade, lamentando deixar o colegiado e apresentou o sr. David Pires, que assumirá a

252 vaga do Ministério da Justiça no Conanda. A presidente Luíza saudou o conselheiro  
253 Romão, acompanhada dos membros do colegiado. Retomando os destaques, a  
254 conselheira Solange resgatou o seu argumento de que o texto da resolução tem excesso  
255 de citação de legislações e sugeriu deixar o que é extremamente imprescindível. O  
256 excesso poderia ser remetido a um detalhamento posterior, como recomendação ou  
257 glossário e que planos de ação, planos de aplicação são procedimentos que fazem parte  
258 da operacionalização dos recursos por isso sugeriu suprimir "e planos de aplicação". A  
259 sra. Carmen alertou para centrar a atenção nos temas polêmicos e não dos conteúdos  
260 de forma pelo pequeno tempo. O secretário-executivo sugeriu que fossem direto ao  
261 artigo 18 que trata da destinação de recursos, assunto mais polêmico. A sra. Júlia  
262 concordou com a argumentação apresentada, mas salientou que não é só a situação  
263 casada que é complicada. Todos concordaram em discutir primeiramente os tópicos mais  
264 polêmicos, reiniciando pelo artigo 5º. **Artigo 5º** - A conselheira Júlia justificou a existência  
265 desse artigo porque a Receita Federal tem colocado na malha fina vários doadores,  
266 principalmente pessoas físicas quando a doação é feita ao Fundo Nacional e o CNPJ  
267 que aparece é o do SEDH, ou seja, a doação cai em um CNPJ geral e isso induz à  
268 malha fina. O conselheiro Caporal concordou que o artigo é realmente polêmico e que  
269 colocou em anexo, o tipo de recibo e que vai estar na cartilha para assegurar também a  
270 argumentação da conselheira Júlia. O conselheiro Manoel Onofre se referiu ao inciso I do  
271 art.11 que medidas socioeducativas não devem ser financiadas com recursos do fundo.  
272 A sra. Carmen advertiu que o conselheiro Onofre fez distinção de que a sociedade civil  
273 poderá receber recursos para propor novas tecnologias e o poder público não poderia. O  
274 conselheiro Onofre esclareceu que essa tecnologia não deve consistir em política básica.  
275 A conselheira Maria Ignez sugeriu abrir exceção a medidas socioeducativas a meio  
276 aberto, embora seja responsabilidade do poder público municipal teria uma gama de  
277 possibilidades, de experiências inovadoras, mas que contemplaria no item. O conselheiro  
278 Caporal disse que a preocupação do conselheiro Onofre é procedente e sugeriu  
279 substituir a palavra apoio do texto por outra que qualifique mais a ação. A conselheira  
280 Maria Luiza esclareceu que concorda com a palavra "apoio" porque ela significa auxílio e  
281 não assumir integralmente. A sra. Carmen sugeriu a exclusão do artigo 7º. O conselheiro  
282 Onofre reiterou que a sua preocupação é deixar a palavra "socioeducação" no texto e  
283 sugeriu uma nova redação: "Inciso I: desenvolvimento de programas e serviços  
284 complementares ou inovadores e por tempo determinado no âmbito da política de  
285 atendimento da criança e do adolescente. A conselheira Solange sugeriu explicitar o que  
286 são serviços complementares e inovadores por tempo determinado porque ainda  
287 continua subjetivo. O conselheiro Onofre advertiu que a idéia é exatamente deixar como  
288 está porque não é uma política continuada. A conselheira Júlia sugeriu usar políticas de  
289 promoção proteção e atendimento dos direitos da Criança e do adolescente, ficando  
290 assim o texto: "**Inciso I: desenvolvimento de programas e serviços complementares  
291 ou inovadores e por tempo determinado no âmbito das políticas de promoção,  
292 proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente**".  
293 Proposição aprovada. Ainda no inciso I do artigo 11, a senhora presidente sugeriu que

Comentário: Substituído  
situação por destinação

294 explicitasse qual o tempo determinado, se seria o máximo de três anos. A proposta ficou  
295 aprovada com o acréscimo de “**não excedendo a 3 anos**”. A conselheira Maria Ignês  
296 solicitou que fosse contemplada a previsão de sustentabilidade, o colegiado por não ter  
297 amadurecido o debate na sustentabilidade e auto-sustentabilidade deliberou por não  
298 agregar esse termo por enquanto. No inciso V, a conselheira Júlia sugeriu seguir sempre  
299 a tríade do Estatuto, proteção, defesa e promoção. Atendendo as colocações dos  
300 membros, a senhora presidente anunciou a exclusão do inciso VII. O sr. Benedito sugeriu  
301 que sugestões de redação havidas posteriormente sejam enviadas à mesa. Dando  
302 prosseguimento, a senhora presidente anunciou a análise do artigo 13. **Artigo 13 - A**  
303 conselheira Júlia propôs a extinção dos incisos I, II, III e justificou que no caput no artigo  
304 13 diz que “Salvo autorização expressa em lei” e que se essa redação continuasse os  
305 prefeitos farão lei autorizando pagamento e manutenção de conselhos tutelares,  
306 conselhos de direitos. O conselheiro Onofre concordou com a proposta de tirar “salvo  
307 autorização”, ficando assim a redação final: “**É vedado o uso dos recursos do Fundo**  
308 **dos Direitos da Criança e do Adolescente para:**”. O conselheiro Caporal advertiu da  
309 possibilidade de que mesmo com a redação “é vedado”, os prefeitos iriam fazer a lei, o  
310 que o conselheiro Onofre explicou que o Ministério Público poderá entrar com ação. No  
311 inciso III, o conselheiro Onofre ressaltou que a redação deveria ser refeita para “políticas  
312 públicas que já disponham de fundos ou financiamentos específicos”, que é a política  
313 social básica. A sra. Daniele disse que a inclusão do financiamento se contrapõe à idéia  
314 inicial dos incisos que permitem ações, mas aos fundos acredita serem necessários. O  
315 conselheiro Onofre sugerir para aprimorar o texto “políticas públicas sociais básicas que  
316 inclusive já disponham de fundos específicos”, ou seja, não se pode financiar política  
317 pública social básica, inclusive, as que dispõem de fundos específicos. A conselheira  
318 Daniele sugeriu a manutenção da redação como está “políticas públicas, que já  
319 disponham de fundos específicos” para evitar definições de termos doutrinários. O  
320 conselheiro Manoel Onofre reiterou a necessidade de acrescentar políticas públicas  
321 sociais básicas para deixar bem claro que elas não são financiadas pelo fundo. O senhor  
322 Benedito esclareceu que quando se fala em políticas públicas básicas, o Estatuto  
323 atualmente é de compreensão geral que a assistência social é básica. Mas, no Estatuto  
324 ela não está colocada dentro das políticas sociais básicas, então se mantém a palavra  
325 básica, segundo o Estatuto, assistência social é suplementar, que foi um equívoco. O  
326 conselheiro Onofre ratificou o consenso de que o fundo não se presta a financiar política  
327 social básica, nos termos definidos da última publicação nesse particular, que é a lei  
328 orgânica da assistência social e que algum projeto inovador referente a uma das  
329 modalidades de acolhimento institucional por prazo determinado está excetuado no que  
330 diz respeito ao inciso já mencionado. O conselheiro Vilmar acrescentou que não seria  
331 financiar a manutenção, nem a construção de abrigo, mas um programa de reintegração  
332 e reinserção das crianças nas famílias. O conselheiro Manoel Onofre sugeriu que a  
333 redação do inciso III ficasse da seguinte forma “**políticas públicas sociais básicas, nos**  
334 **termos da legislação pertinente em vigor**”. Proposta aprovada. A presidente Maria  
335 Luíza passou a palavra à conselheira Júlia para análise do inciso IV. **Inciso IV - A**



336 conselheira Júlia sugeriu a retirada dos termos “como parte da política pública  
337 específica”, ficando assim a redação definitiva: “É vedado o uso dos recursos do Fundo  
338 dos Direitos da Criança e do Adolescente para: I. transferência sem aprovação do  
339 respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; II. Pagamento,  
340 manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar; III. Manutenção e funcionamento dos  
341 conselhos de direitos; IV. Políticas públicas sociais básicas, nos termos da legislação  
342 pertinente em vigor; V. Investimentos em construção e manutenção de equipamentos  
343 públicos e privados ainda que em uso exclusivo da política da infância e da adolescência.  
344 Aprovado até o inciso IV. Quanto à análise do **inciso V**, a conselheira Júlia afirmou que  
345 investimento de recurso para o fundo de manutenção de equipamentos públicos é  
346 vedado, mas quando se mistura com o privado não fica claro o que poderá ser  
347 financiado. A sra. Eliana explicou que o problema poderá ser a palavra “construção”.  
348 Deverá estar claro se é construção de imóveis, ou aquisição de equipamentos e  
349 manutenção deles. São coisas diferentes. A sra. Carmen acrescentou que a primeira  
350 definição que deveria fazer é o que é “equipamentos” porque é uma linguagem que se  
351 usa em duplo sentido, um computador é um equipamento, mas um prédio pode ser um  
352 equipamento público ou privado. Salientou a senhora Carmen, que a preocupação que  
353 deveria estar vedada é o investimento em construção de imóveis, seja creche, unidade  
354 de internação ou abrigo e encaminhou a sua sugestão de que seria “investimentos em  
355 construção e manutenção de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da  
356 política da infância e da adolescência”. A sra. Júlia sugeriu que se usasse o termo  
357 “construção, reformas e adaptações”. A redação final do inciso V ficou da seguinte forma:  
358 **“Investimentos em aquisição, construção, reforma e locação de imóveis públicos e**  
359 **privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.”.**  
360 Dando continuidade, a conselheira Júlia iniciou os debates sobre o **parágrafo único do**  
361 **Artigo 13**. A conselheira defendeu a extinção do parágrafo para evitar o esvaziamento  
362 dos conselhos. O sr. Onofre concordou com o argumento anterior e acrescentou que  
363 deveria permanecer na resolução: “as entidades representadas nos conselhos da criança  
364 e do adolescente não poderão funcionar no processo que definirá os recursos a ela”. A  
365 conselheira aventou a idéia de formar uma comissão por conta da rotatividade dos  
366 membros. A sra. Carmen discordou da abolição do parágrafo sem falar do processo  
367 seletivo. O sr. Benedito sugeriu que se transformasse o parágrafo único do artigo 13 em  
368 um artigo que se refere a questões éticas legais para garantir a lisura do processo de  
369 competição ou nomear uma comissão externa para avaliar os projetos. O conselheiro  
370 Caporal argumentou sobre o custo operacional de se buscar agente externo e inquiriu  
371 aos membros do Conanda como ficaria a votação final do edital, as entidades votariam  
372 nelas mesmas, dessa forma defendeu a supressão do parágrafo. A conselheira Júlia  
373 sugeriu então a seguinte redação para o parágrafo único: “As entidades representantes  
374 nos conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente não poderão participar da  
375 comissão que avaliará os projetos apresentados por suas instituições.”. A conselheira  
376 Maria Ignês defendeu que as entidades interessadas na aprovação dos projetos se  
377 abstenham da votação de aprovação dos recursos. Dessa forma, a sra. Júlia sugeriu

378 acrescentar ao parágrafo os seguintes termos: “bem como deverão se abster da votação  
379 do plenário de deliberação dos mesmos.”. O sr. Onofre acrescentou que a resolução em  
380 análise não contempla as formas de seleção das instituições. A sra. Carmen anunciou  
381 que em razão da reunião com os presidentes de empresas em 24 de junho e um dos  
382 temas que suscitará debates é a deliberação a ser exarada no Conanda sobre  
383 destinação de recursos e sugeriu o encaminhamento de uma rodada de discussões  
384 sobre o artigo 18 que versa sobre o tema da destinação. A sra. Júlia discordou dizendo  
385 que o Conanda já se manifestou sobre operação casada e que meia hora é insuficiente  
386 para tal discussão. O sr. Caporal sugeriu um plenária extraordinária a fim de afinar todas  
387 as pendências e o sr. Benedito propôs a realização de uma plenária ampliada no mês de  
388 julho. Pelas dificuldades de agenda dos membros de se fazer a plenária ampliada, ficou  
389 estabelecida realização de uma plenária extraordinária, em 23 de junho de 2008. A sra.  
390 Aurilene solicitou a fim de garantir presença até o término das reuniões que providências  
391 sejam tomadas para que os vôos de retorno dos conselheiros não sejam marcados por  
392 volta das 17 horas. A sra. Carmen esclareceu que não há nenhum empecilho quanto a  
393 isso e acrescentou que seria não só para a plenária extraordinária, mas para todos os  
394 dias de plenárias. **Informes: 1)** O sr. Caporal indaga sobre as providências a serem  
395 tomadas em razão do vencimento do termo de cooperação feito entre o Ministério do  
396 Esporte e o Conanda. O documento já foi debatido na comissão e a renovação será por  
397 um ano. Aprovado pelos membros do Conanda. **2)** A conselheira Aurilene esclareceu  
398 que estava na incumbência da Comissão de Mobilização e Informação de analisar a  
399 minuta de consulta pública do Conselho Tutelar. Como a minuta foi exaustivamente  
400 estudada pela comissão e não foi possível pautá-la para a Plenária, a comissão a  
401 enviará aos conselheiros com um prazo de 10 dias para devolução. As sugestões, no  
402 que couber, serão incorporadas e o resultado final será reencaminhado com um prazo  
403 para devolução para que seja pautado para a Reunião Ordinária do Conanda do mês de  
404 julho do corrente. **3)** A sra. Carmen fez referência à primeira chamada do edital de 2008.  
405 Foram recebidos cerca de 300 projetos que estão sendo avaliados, desses 300 projetos  
406 têm alguns aprovados, pelo Fundo, e já com o parecer técnico e que são do PAIR.  
407 Esclareceu que o PAIR é um convênio formatado já há alguns anos e que só varia o  
408 parceiro porque o projeto tem execução com metodologia própria. Então, pelo Fundo  
409 está saindo um PAIR novo na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais e, possivelmente, no  
410 Pará no aguardo do restante da documentação. O encerramento da primeira etapa de  
411 conveniamento será em 13 de junho de 2008. A prioridade de conveniamento, em  
412 primeiro lugar, com o poder público foi devido ao período eleitoral. Os demais projetos  
413 apresentados pelas ONGs e universidades ficam ao longo do período em aberto. A  
414 conselheira avisou que até 30 de junho está aberta a segunda chamada e que novos  
415 projetos poderão ser apresentados. Acrescentou ainda que está tendo alguns problemas  
416 com a linha de financiamento de comemorações dos 18 anos do ECA que foram  
417 recebidas apenas três propostas e dessas uma só tem condições de ser aprovada. A  
418 conselheira falou ainda sobre o balanço dos 18 anos do ECA, tendo recebida apenas  
419 uma proposta do Rio de Janeiro e que são temas que interessam muito ao Conanda

420 porque foram investimentos que o Fundo fez pelas comemorações dos 18 anos. Dessa  
421 forma, a conselheira solicitou aos membros do Conanda que incidam nas ONGs,  
422 universidades, pesquisadores que trabalham com o tema do ECA para fazer  
423 apresentação de projetos de pesquisa ou de comemorações. A Sra. Carmen disse que  
424 pretende já na próxima Plenária dar uma posição do que chegou a partir do dia 30 de  
425 junho para que se possa tomar deliberação se irá partir para indução no sentido de  
426 indicar parceiros que não puderam entregar até 30 de junho de 2008. 4) A conselheira  
427 Maria Ignês questionou a sra. Carmen se com recursos dos Fundos o Conanda teria  
428 somente os três projetos do PAIR e em qual era o seu montante. A sra. Carmen  
429 respondeu que como foi priorizado o Poder Público entraram agora os já citados, agora  
430 têm mais propostas do PAIR em aberto ou chegar na segunda chamada ou buscar após  
431 esse período e não são só relativos ao PAIR, existem várias ações, aliás as principais  
432 estão no sistema de garantia de direitos. O sr. Benedito relatou que no sistema de  
433 garantias chegaram 80 projetos e são divididos em três áreas: 1) O balanço do ECA; 2)  
434 As escolas de conselhos; 3) Programas de boas práticas de convivência familiar e  
435 comunitária. Os projetos de escolha de conselhos chegaram dois, um da Bahia e outro  
436 de Pernambuco, mas foram devolvidos pela falta de entendimento do que é escola de  
437 conselho, de curso continuado, de ser ação estadual. Os outros, o secretário executivo  
438 explicou que ainda está buscando formatação do projeto. e foram devolvidos. Os de  
439 balanço do ECA, existem dois muito bons e da convivência familiar há cerca de 50  
440 projetos, mas a maioria deles de financiamento de atividades, fora do plano, não tem  
441 nada de inovador. Alertou que ainda tem um novo conjunto de projetos estratégicos que  
442 está em via de ser apresentado para o Conanda, por exemplo, o encontro do Conanda  
443 com os Conselhos de Direito, em agosto. Existe também o projeto do Inesc e vários  
444 outros projetos estratégicos decididos pelas comissões que também entram no sistema  
445 que serão submetidos à Plenária do Conanda. O sr. Benedito esclareceu que o projeto  
446 dos educadores está na fase de parecer técnico e o projeto estratégico dos Fóruns dos  
447 Conselhos Tutelares pedindo aprovação do congresso, são um conjunto de projetos, que  
448 são com recursos do Fundo, que estão sendo preparados para serem deliberados pelos  
449 membros do Conanda. O sr. Caporal advertiu que para aprovar qualquer recurso do  
450 Fundo deverá ser submetido à Plenária do Conanda. 6) A Sra. Carmen informou também  
451 sobre o relatório da Convenção dos Direitos. Foram feitas reuniões entre as áreas do  
452 Governo Federal e eles apontaram uma série de ajustes para as relatoras e elas estão  
453 trabalhando, motivo pelo qual se entendeu que a minuta ainda "está muito verde para  
454 chegar até aqui" e no entendimento da sra. Carmen ganham todos no sentido de ter um  
455 trabalho mais consolidado. A meta é que seja apresentada na próxima Plenária. A sra.  
456 Carmen finalizou o seu informe solicitando aos conselheiros que se não puderem ler o  
457 relatório por inteiro que contribuam naquilo que é da sua área específica. 7) A sra.  
458 Lourdes formulou convite aos membros do colegiado para as comemorações dos 18  
459 anos do ECA, em data a ser marcada, fazendo o balanço, o evento será no Ministério da  
460 Saúde. 8) O sr. Caporal sondou a senhora presidente da [confirmação] da presença dela  
461 na reunião dos 500 presidentes em São Paulo para confirmação em ata e também dentro

**Comentário:** Modificado para coordenador do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos

**Comentário:** Retirado do texto.

**Comentário:** inserido: a respeito da .....

**Comentário:** inserido de empresas

462 do possível, os conselheiros que estiverem em São Paulo se puderem participar ele  
463 também gostaria de participar. 9) A Sra. Júlia informou que foi indicada pelo Conanda  
464 para representar o colegiado na comissão do Prêmio Socioeducando, do Unicef, e  
465 solicitou ao sr. Benedito distribuir o material aos conselheiros para divulgação na rede  
466 em razão do prazo de inscrição. Reafirmou que é importante o Conanda divulgar porque  
467 é sobre as discussões de medidas socioeducativas. 10) A sra. Carmen pediu a palavra  
468 para comunicar que o Brasil foi representado, no evento em Genebra, pela Patrícia  
469 Lamego que é a autoridade central de adoção, na apresentação do documento, já agora  
470 oficial, sobre criança privadas de cuidados parentais. E nessa apresentação estava  
471 representado o Comitê da Convenção dos Direitos e também o Unicef. A sra. Carmen  
472 esclareceu que o referido documento está muito diferente daquele discutido no Brasil  
473 com os 42 países e solicitou ao sr. Benedito circular a segunda versão do documento. As  
474 modificações existentes são em função de negociações que se iniciaram por meio da  
475 missão do Brasil em Genebra com os países islâmicos e o Vaticano que foram aqueles  
476 que mais divergiram na primeira versão do documento. Então, nesse momento parece  
477 que ele está bastante consensuado e tudo indica que ele possa entrar na Assembléia  
478 Geral ainda este ano. 11) O sr. Benedito informou também que o Programa Garantias de  
479 Direitos está num "chamamento de mudança de atitude" em relação ao SIPIA.  
480 Acrescentou que já fizeram um encontro do SIPIA dos Conselhos tutelares. O BNDES  
481 patrocinou um software para a Prefeitura de Recife e que estão observando o seu  
482 funcionamento para avaliar se ele poderá sofrer um upgrading para se transformar em  
483 nacional. Acrescentou que durante esse encontro foi feita uma reunião com os  
484 presidentes dos conselhos que estiveram presentes e que estes ficaram muito animados  
485 em serem incorporados no processo decisório e de assunção do funcionamento do SIPIA  
486 nos estados. Comunicou, ainda, que estará sendo realizado nos dias 25 e 26, o Conanda  
487 está convidado inclusive para falar na abertura, e será sobre outro sistema de informação  
488 que é o INFOINFRA – Sistema de Informações de Medidas Socioeducativas que está em  
489 campanha para implantá-lo em âmbito nacional. A senhora presidente disse que o  
490 Conanda tem que se apropriar desse processo desencadeado via pró-conselho e que  
491 terão que discutir o SIPIA agora na fase de alavancagem que ele toma e como sugestão  
492 ao secretário-executivo para pautar uma apresentação do SIPIA no Conanda, como  
493 forma de os membros do Conanda se envolver e engajar mais na construção desse  
494 processo. Finalizando, a sra. presidente informou que estará ausente em julho e fazendo  
495 uma reflexão da Plenária sobre o balanço dos 18 anos, pela assembléia atípica esse  
496 intento não foi cumprido, mas pelo investimento dos membros do Conanda no campo  
497 político, emocional de garantir a assinatura do decreto e aproveitou para agradecer à sra.  
498 Carmen que teve importante papel na construção de bastidores e esforço intenso para  
499 garantir que tudo acontecesse no molde que este colegiado projetou na Plenária de abril,  
500 que fosse o mais amplo possível, inclusive com as palavras do presidente Lula num  
501 marco histórico muito importante. Agradecer também a Deuzinéia pelo empenho e ao sr.  
502 Benedito, secretário-executivo, que trabalharam juntos para garantir a pauta presidencial.  
503 A sra. Júlia solicitou que ficasse registrado em ata o agradecimento ao ministro Paulo

Comentário: Tentei dar uma nova redação

504 Vannuchi que esteve aqui ontem, a nossa convite, e se colocou disponível ao debate da  
505 infância e da juventude. Solicitou também que registrasse em ata o empenho do  
506 conselheiro Manoel Onofre, que está ausente, pelo apoio durante a realização da  
507 Assembléia Descentralizada, em Natal, pelo êxito do evento. Sugeriu também oficial ao  
508 Conselho Estadual os agradecimentos e enfatizou que os conselheiros do Conanda não  
509 podem se esquecer que esses são os parceiros importantes e que essa é a proposta  
510 quando na Plenária se fala em descentralizar: é realmente estar mais próximo da área da  
511 criança e dos adolescentes, nos municípios. A senhora presidente sugeriu, em  
512 aprovação, fazer o envio do agradecimento oficial. A conselheira Estela solicitou  
513 informações sobre as publicações do Sinase e do Plano de Convivência Familiar e  
514 Comunitária. Esclareceu que está faltando material para os que estão fazendo processos  
515 de socialização nos municípios.. A sra. Carmen explicou que a tiragem ainda é muito  
516 pequena, mas que a SEDH irá fazer uma grande tiragem do Sinase e do Plano Nacional  
517 e está aguardando uma sinalização do Conanda se vai ficar-a-cargo-de-uma-grande  
518 publicação do ECA. A conselheira Aurilene, da Comissão de Mobilização, explicou que a  
519 comissão gostaria de propor exatamente isso mesmo porque uma das funções do Fundo  
520 é a divulgação desse material. A senhora presidente pediu para a Comissão de  
521 Orçamento fazer a previsão de recursos. A conselheira Júlia reiterou à senhora  
522 presidente e à senhora Carmen, SEDH, providências para garantir a presença dos  
523 conselheiros do Conanda entre os participantes do congresso. Nada mais havendo para  
524 tratar, a senhora presidente declarou encerrada a 163ª Assembléia Ordinária  
525 agradecendo a presença de todos. Esta ata após lida e aprovada será assinada pela  
526 senhora presidente.

Comentário: 3º Congresso  
Mundial de Enfrentamento de  
Exploração Sexual da Criança e do  
Adolescente

527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534

Maria Luiza Moura Oliveira  
Presidente do Conanda